

QUALIDADES DE COR E PATENTES: CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO NO PRESÍDIO DE MUXIMA (REINO DE ANGOLA, FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX)

Karine Codeça das Mercês de Queiroz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ¹

Resumo: Este artigo examina não só o modo pelo qual as qualidades de cor e as patentes foram elementos de hierarquização, bem como parâmetros classificatórios na documentação analisada, mas também seus entrecruzamentos com o tráfico de escravos e sua influência na sedimentação de novos lugares de mando.

Palavras-chave: Qualidades de cor; Patentes; Hierarquias sociais.

COLOR QUALITIES AND PATENTS: CRITERIA OF HIERARCHIZATION IN THE PRISON OF MUXIMA (KINGDOM OF ANGOLA, END OF THE 18TH CENTURY AND THE INITIATION OF THE XIX)

Abstract: This article examines not only the way in which the qualities of color and patents were hierarchical elements and classification parameters in the analyzed documentation, but also their intersections with the slave trade and its influence on the sedimentation of new places of command.

Keywords: Color qualities; Patent; Social hierarchies.

I - Introdução

Ao discorrermos sobre sociedades africanas, bem como os elementos mobilizados como fundamentos à hierarquização social, faz-se imprescindível considerar, como no caso do presídio de Muxima, diferentes critérios, tais como a escravidão e o tráfico de escravos.² Sendo assim, torna-se imprescindível considerar, também, os elementos que, muitas vezes, estavam a eles relacionados. Roberto Guedes,

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: karinecodeca@yahoo.com.br

² A este respeito, Alberto da Costa e Silva afirma que “A maioria das sociedades africanas era altamente hierarquizada. Nobres, plebeus, estrangeiros, escravos, homens e mulheres, cada qual conhecia o seu lugar – nele ficavam desde o nascimento e, em muitos povos, até após a morte, pois, de acordo com suas crenças, o morto, se era aristocrata, continuava, no além, aristocrata, e o escravo, escravo. Mas havia também sociedades que se regiam pelo mérito, nas quais o poder do sangue se restringia às estirpes reais e, tanto um plebeu quanto um escravo podiam ascender às mais altas funções do estado, à fama e à opulência. Em outras, era a riqueza que determinava a posição social de cada indivíduo. E em outras, ainda, não havia diferenças, só se distinguindo dos demais os idosos que formavam o conselho dos anciões e, em caso de guerra, momentaneamente, aqueles tidos por mais capazes para conduzir a luta.” SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2012. p. 19-20.

em análise acerca da relação entre moradia e hierarquias sociais em Benguela em finais do século XVIII, sinaliza que apesar dos escravos serem muito importantes para a consolidação do status ocupados pelos brancos, as moradias exerciam papel crucial sendo, por sua vez, fator de distinção social em relação a pardos e pretos.³

Com efeito, antes de considerarmos, separadamente, a forma pela qual as qualidades de cor e as patentes exerceram influência sob a estruturação de novos lugares de mando, bem como os entrecruzamentos resultantes com a escravidão e o tráfico, é preciso destacar a forma pela qual esta dinâmica inseria-se na lógica do Império Português, tendo em vista não só que o presídio de Muxima deve ser compreendido como microcosmo deste mesmo Império, mas também que desta conjuntura, isto é, do Império luso, também emergiam elementos propulsores de hierarquização. Nesse sentido, a ideia de uma monarquia pluricontinental torna-se essencial, pois permite-nos a percepção de que nesta conjuntura estava em cena não só os interesses da Coroa, mas também dos inúmeros poderes existentes em Portugal e no ultramar.⁴

Diante deste quadro caracterizado por múltiplos interesses, cabe destacar as conexões que estabeleciam-se tendo como pano de fundo o Atlântico. Desse modo, Maria de Fátima Silva Gouvêa aponta a existência de uma expressiva circulação de titulares eclesiásticos pelos bispados que integravam o Império. Tal circulação sinaliza vínculos administrativos que são perceptíveis, por exemplo, entre Brasil e Angola como abordado pela autora através das trajetórias de pelo menos quatro bispos. Esta circulação proporcionava, ainda, subsídios cruciais, em termos político-administrativos, para a construção de saberes que seriam fundamentais para uma administração mais eficaz dos espaços que integravam o Império. Este seu aspecto multicontinental,

³ GUEDES, Roberto. Casas & sanzalas (Benguela, 1797-1798). *Veredas da História* [online]. Ano VII, Edição 1, 2014. p. 74. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/134/138> Acesso em: 08/04/2016.

⁴ João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa ainda acrescentam que a monarquia pluricontinental “(...) resultava do processo de amálgama entre a concepção corporativa e a de pacto político, fundamentada na monarquia, e garantindo, por princípio, a autonomia do poder local. A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante das regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais. O mecanismo decisório aqui é totalmente mediado. Traduções e mediações possíveis entre os diversos idiomas se constituem em um processo permanente, possibilitando assim que a vontade de Sua Majestade e de seus vassallos seja de fato preservada e garantida.” FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. p. 43. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427 Acesso em: 08/04/2016.

segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, ofereceu subsídios relevantes para que altos oficiais exercessem funções em diferentes espaços coloniais.⁵ Como resultado deste processo, por sua vez, verificamos a constituição de um terreno fértil à acumulação de saberes e de práticas que traria benefícios não apenas a estes oficiais, mas também à própria Coroa lusa. Desse modo, em meio a tal contexto político-administrativo percebemos um traço significativo que refere-se à distribuição de mercês e/ou privilégios que dialogava de forma expressiva com os serviços prestados ao Império Português. Tal solicitação por serviços prestados, como se verá adiante, também manifestou-se nas forças militares.⁶ Diante do exposto, percebe-se que ao objetivarmos uma maior compreensão acerca do presídio de Muxima, bem como de suas bases hierárquicas, faz-se imprescindível concebê-lo, também, tendo em nosso horizonte os mais distintos elementos e/ou estratégias mobilizadas a fim de conferir forma ao Império luso que, a seu modo, poderiam ser manejadas pelos diferentes indivíduos a fim de atingirem seus objetivos.

A este respeito, Selma Pantoja traz-nos, ainda, o importante e elucidativo caso dos Fonseca Coutinho que mostra-nos, por sua vez, a relevância de compreendermos os fundamentos hierárquicos em Angola, tendo em vista não apenas os condicionantes locais, mas também aqueles que dialogavam com as estruturas existentes em meio à dinâmica característica do Império. Sendo assim, Pantoja sinaliza que os Fonseca Coutinho estruturaram sua carreira de militares/comerciantes de forma semelhante a outros militares. Perpassando por três gerações, a saber: o pai, coronel Manoel da Fonseca Coutinho (século XVII); o filho, Antônio (primeira metade do século XVIII) e o neto Anselmo (figura expoente até 1814), nota-se expressiva influência na tessitura político-econômica na região ao integrarem, como ressaltado pela autora, grupos de

⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)**. p. 21. Disponível em: lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf Acesso em: 04/07/2015.

⁶ De acordo com Selma Alves Pantoja, “Desde o início do seiscentos, a administração portuguesa contava com os “moradores” no recrutamento para as tropas, nas guerras do sertão contra as chefias africanas rebeladas ou o combate aos “estrangeiros”. No começo fazia-se o recrutamento para as forças militares de maneira obrigatória, o que deu origem a alguns conflitos de interesses entre “moradores” e governadores, com o passar do tempo, participar das tropas tornou-se voluntário, bem aceito e reconhecido como favores prestado ao rei português.” PANTOJA, Selma Alves. Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII. **História Unisinos**. V. 14, n. 3, setembro/dezembro, 2010. p. 237-238.

parentesco de influentes famílias em Luanda.⁷ Nota-se, assim, que para além da concessão de mercês e/ou privilégios por parte da Coroa portuguesa em troca dos serviços prestados ao rei, estavam também o manejo de outros elementos propulsores de lugares de destaque no cenário político em Angola como, por exemplo, as relações de parentesco e amizade.

Pelo exposto, percebe-se que múltiplos eram os aspectos que poderiam legitimar o exercício de poder de um indivíduo em relação aos seus pares e, também, fundamentar as hierarquias e a estratificação no interior da sociedade africana. No que concerne a estas relações interpessoais, Joseph C. Miller afirma que, na África, os indivíduos definiam-se a partir das mais variadas vias de pertencimento, por meio das múltiplas associações que pudessem estabelecer.⁸ Tais vínculos e/ou laços estabelecidos pelos africanos eram essenciais não só para a conformação de suas identidades, mas também para seus interesses pessoais, tendo em vista que a estes se vinculavam. O delineamento das hierarquias em sociedades africanas como, por exemplo, Angola, deve ser analisado, portanto, à luz destes variados aspectos que moldavam as sociedades e concretizavam suas características locais.

II – Qualidades de cor nas Notícias de presídio e no mapa de população

Durante o século XVIII é possível identificar transformações substanciais no Império português, sobretudo durante o período no qual Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que foi ministro de D. José I. Tais modificações perpassaram não apenas as medidas administrativas implantadas em Portugal, mas também em seus domínios no ultramar como, por exemplo, Angola. Em meio a estas mudanças propostas pelo Marquês de Pombal, verifica-se o amplo interesse em racionalizar a administração lusa, tornando-a mais eficaz. Em termos práticos, tal objetivo exigia maior conhecimento sobre os domínios que compunham o Império. Diante de tal quadro, não só os territórios deveriam ser objetos de conhecimento mas

⁷ *Ibidem*, p. 238.

⁸ Miller acrescenta, ainda, que “Suas estratégias eram o exato oposto de uma etnicidade determinada, unívoca, unidimensional, homogênea, abrangente e estável que subjaz na maioria das discussões existentes sobre as identidades africanas no Velho ou no Novo Mundo – ou na versão colonial desta ideia sem sentido.” MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. *Revista de História*. São Paulo: n. 164, jan./jun. 2011. p. 27. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19188/21251 Acesso em 04/07/2015.

também as populações neles existentes. Este interesse em conhecer o território e a população também manifestou-se em Angola e em seus presídios⁹ constitutivos, resultando em importante corpus documental.¹⁰

Sobre os presídios, e mais precisamente acerca de seu processo de constituição e de suas funcionalidades no Império português, é possível encontrar elucidativos dados em obras recentes. Desse modo, cabe ressaltar que os presídios eram protegidos por forças militares e governados por capitães-mores.¹¹ Já no que concerne às suas funções militares e mercantis, um dos aspectos ressaltados refere-se ao cumprimento do papel não apenas de delimitação, ainda que de forma precária, dos domínios portugueses e de proteção destes territórios, mas também do processo de estruturação destes enquanto depósitos de escravos em trânsito ao litoral.¹²

Pelo exposto, é possível compreender os presídios como elementos que revestiam-se de grande relevância na postura adotada pela Coroa no ultramar. Assim, o presídio de Muxima, situado ao longo do rio Cuanza e fundado em 1599, também deve ser analisado tendo como base os entrecruzamentos entre as medidas lisboetas, as

⁹ Os presídios eram unidades que mesclavam funções militares, mercantis e administrativas. De acordo com Selma Pantoja, Angola foi área revestida de grande importância para o envio dos condenados pela Inquisição ou pelo judiciário. Desse modo, já no início da chegada dos europeus no litoral da África Central Ocidental foram enviados degredados para a região. No decorrer do século XVII, a Câmara Municipal de Luanda solicitou à Coroa, entre outros, o direito de enviá-los para o interior de Angola. Com efeito, os condenados pelo judiciário eram enviados para os presídios na cidade de Luanda e no interior. Segundo a autora, os critérios de cumprimento das penas, isto é, se seria em Luanda, Benguela ou no sertão africano, relacionava-se não só à gravidade dos crimes, mas também ao interesse no povoamento de determinadas regiões. SELMA, Pantoja. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano III, 2004. Nº 5/6. p. 117-136. Disponível em: revistas.ulufona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4582/3094 Acesso em: 05/07/2015.

¹⁰ Reporto-me às listas de habitantes e mapas de população. Nas listas é possível encontrar as descrições nominais dos habitantes e os mapas, por sua vez, são elaborados com base nas listas. Importantes pesquisas foram realizadas tendo como base esse corpus documental. Destaco, entre outros, o trabalho de Roberto Guedes Ferreira e Ana Paula Wagner. Cf. GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suelly Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398 e WAGNER, Ana Paula. **População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009.

¹¹ CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2014. Ariane destaca, ainda, que diferentemente dos outros presídios, Novo Redondo era comandado por um regente. p. 25.

¹² RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 59.

estruturas locais e a circulação de práticas culturais possibilitadas pelo trânsito que levava ao Atlântico. Dentre as medidas lisboetas, podemos destacar as orientações que deveriam ser observadas na elaboração das informações acerca das populações existentes no ultramar e que resultou no corpus documental já mencionado, isto é, as listas de habitantes e os mapas de população. No que concerne ao presídio de Muxima, as listas de habitantes são de 1797 e o mapa de 1799. Entretanto, tais diretrizes não foram impostas de forma unilateral às estruturas existentes no presídio. Pelo contrário, percebemos outras categorias classificatórias que dialogavam com a realidade local.

Desse modo, se a escravidão e o tráfico foram importantíssimos como fundamentos à hierarquia social, tendo em vista que além da possibilidade de que os escravos fossem, demograficamente, muito pouco em números ou representassem uma parcela significativa da população, havia também a possibilidade de que estes escravos se concentrassem nas mãos de poucos senhores.¹³ Isto contribuía para o aumento de prestígio e poder destes indivíduos diante de seus pares. Com efeito, se a posse de escravos, bem como a agregação de forros eram bases fundamentais sob as quais assentavam-se as hierarquias, as qualidades de cor também circunscrevem-se como elementos relevantes em sua conformação, como é possível perceber, entre outros, através da já mencionada documentação acerca do presídio de Muxima.

Sendo assim, apesar do sistema classificatório oriundo das diretrizes metropolitanas visando uma maior padronização censitária, é possível perceber a utilização de outros termos classificatórios o que, por sua vez, corrobora o fato de que tais parâmetros de classificação por cor eram influenciados pela conjuntura sociopolítica e econômica existente, bem como dialogavam com a dinâmica envolvida na escravidão e no tráfico de escravos. No já mencionado mapa do presídio de Muxima formulado em 1799 é possível encontrar classificações gerais de cor fundamentadas no sistema trinitário, isto é, branco, preto e mulato. Já nas Notícias do presídio, percebe-se que nas descrições individuais foram utilizadas nomenclaturas diversas como, por exemplo, fusco. Nesse sentido, o Alferes Lourenço Joaquim de Santa Anna ao mencionar um dos

¹³ LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 38-39.

moradores descreve-o como *Escrivão do Prezidio Gaspar de Roiz Cravo de trinta e quatro annoz Homem fusco...*¹⁴

Segundo Raphael Bluteau, um dos significados para a palavra fusco é “*Escuro. Tirante a negro.*”¹⁵ O mesmo significado pode ser encontrado também em Antonio de Moraes Silva.¹⁶ Percebe-se que tal classificação não restringiu-se ao sistema classificatório oriundo das diretrizes metropolitanas. Pelo contrário, aponta a utilização de outros termos. Dessa forma, faz-se imprescindível mencionar que estes parâmetros eram influenciados pela tessitura sociopolítica e econômica existente que estava, por sua vez, extremamente imersa na escravidão e no tráfico.¹⁷

Nesse sentido, se a linha que separava escravidão e liberdade era sinuosa como destacado por Mariana P. Candido em análise sobre Benguela, tendo em vista que a situação de vulnerabilidade poderia ser ainda maior àqueles que, segundo a autora, distanciavam-se do mundo colonial luso, a saber: do conhecimento das leis, da língua portuguesa ou de indivíduos que pudessem protegê-los,¹⁸ havia também linhas sinuosas em relação às qualidades de cor. Com efeito, como já mencionado, diferentes critérios poderiam fundamentar a descrição individual como visto no caso de Gaspar de Roiz Cravo descrito como fusco. Tais critérios, como abordado, dialogavam com a tessitura sociopolítica e eram passíveis de manipulação.

Pelo exposto, percebemos que ao objetivarmos uma melhor compreensão das bases hierárquicas vigentes no presídio de Muxima em finais do século XVIII e início

¹⁴ África/Angola Col.IHGB DL31,08.

¹⁵ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. p. 242. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

¹⁶ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 71. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

¹⁷ De acordo com Roberto Guedes, “(...) estudos sobre qualidades de cor devem levar em conta os critérios e os objetivos que as produziram, e, em África, como alhures, os referencias da escravidão e do tráfico de cativos (atlântico e no interior do Reino de Angola), bem como as manipulações sociais e políticas de cor, também serviram como parâmetros gerais classificatórios, mas, frise-se, cores passíveis de manipulação.” GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v.1, p. 376.

¹⁸ CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, 2013. p. 265. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a07n47.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

do século XIX faz-se imprescindível não apenas levarmos em consideração a dinâmica sociopolítica existente e sua influência sobre, por exemplo, as qualidades de cor, mas também os cargos militares que, como mencionado ainda que brevemente, também influenciava na sedimentação de novos lugares de mando. A este debate, por sua vez, é que nos dedicaremos agora.

III – Poder e prestígio: ofícios militares e seu papel na hierarquia social em Muxima

Como já mencionado, ainda que em linhas gerais, as patentes exerceram papel de destaque na conformação das hierarquias no presídio de Muxima. De acordo com Ariane Carvalho da Cruz, além da remuneração do cargo, bem como do poder a ser exercido através da nomeação, os cargos militares poderiam contribuir substancialmente para o envolvimento no comércio angolano.¹⁹ Sobre o entendimento dos benefícios advindos da carreira militar, Elias Alexandre da Silva Corrêa oferece-nos elucidativas informações. A este respeito, Elias Alexandre afirma que:

O officio militar me abria a estrada para ir ao cumprimento do meu doble deznio / isto he / ; instruirme do mundo; & adquirir no Servisso Real o acesso dos postos, & estimação dos homens condecoradoz, & bem nascidos; & assim me dava a esperança de subir a hum bem somente imaginado; a pezar do cruel sofrimento de hum mal assaz sabido.²⁰

Com efeito, apesar das dificuldades encontradas por Elias Alexandre advindas, por sua vez, do serviço militar prestado em Angola, é possível perceber que a carreira era concebida como estratégia relevante para a ascensão social. Selma Pantoja, por sua vez, também nos oferece subsídios cruciais para entendermos o modo pelo qual as patentes poderiam influenciar na conformação das estruturas hierárquicas.

Sendo assim, ao analisar o processo de constituição de famílias através da união entre mulheres africanas e homens portugueses recém-chegados, Pantoja menciona o importante exemplo da família Matoso de Andrade na qual parte ocupava cargos nas fortalezas no interior enquanto outra revezava-se nos cargos do Senado da Câmara de

¹⁹ CRUZ, Ariane Carvalho da. **Ser militar em Angola: territorialização e militarização na segunda metade do século XVIII**. Monografia, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011.

²⁰ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Ática, 1937, 2 v. p. 14.

Luanda.²¹ Desse modo, para os nascidos em famílias africanas, o início da trajetória militar também era similar, isto é, iniciava-se no serviço em lugares distantes no interior angolano de forma voluntária com patentes concedidas, por sua vez, pelo governador e, após determinado tempo, eram reconhecidas pela realeza. Assim, eram militares/traficantes que apesar de não serem brancos solicitavam as mercês reais e acabavam por recebê-las. Já no que concerne a outras trajetórias, Selma Pantoja ressalta, ainda, que *filhos naturais* ou *filhos de mar em fora* estabeleciam, por vezes, carreira administrativa ao lado da carreira de comerciante.²² Percebe-se, assim, que a estreita ligação entre poder e comércio fundamentava-se sob importantes relações de parentesco e amizade.

Com efeito, para além das nomeações para cargos militares no presídio de Muxima nas primeiras décadas do século XIX, cabe-nos, no momento, destacarmos a portaria de 04 de fevereiro de 1819 na qual poderemos extrair elementos cruciais para a presente reflexão. Nela é possível encontrar o atendimento a seguinte solicitação:

O Primeiro [ilegível] Marcos José de Britto, Comandante da Companhia d'Artilharia fique na intelligencia que tenho dispensado do Real Serviço os dous filhos do 2º [ilegível] Bernardo José da Costa que tem praça na dita Companhia, tanto por serem de menor idade, como por seu Pai me ter requerido passallos á sua Companhia para o Prezidio de Muxima, onde elle actualmente se acha servindo, com o fim de os educar nos princípios Militares, e conformando-me com a sua supplica lhe tenho concedido a ditta licença ficando com os seus vencimentos na mencionada Companhia d'Artilharia onde fica [ilegível] a sua ditta Praça. Loanda 4 de fevereiro de 1819 = Com a Rubrica de Sua Excelência =²³

Pelo exposto, percebemos que os ensinamentos de uma, digamos, cultura militar poderia caracterizar-se como algo relevante diante da conjuntura existente, tendo em vista que, como já apontado, a segunda geração também poderia traçar trajetória semelhante iniciando sua carreira militar no sertão angolano para, posteriormente, solicitar as mercês reais. Sendo assim, constata-se que a carreira militar poderia oferecer subsídios relevantes para a ascensão social e, por conseguinte, o alcance de posições de

²¹ PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos. Angola no século XVIII. *Cad. Pesq. Cdhis*. Uberlândia, v. 23, n.2, jul./dez. 2010. p. 381. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/8027/7148> Acesso em: 05/07/2015.

²² *Ibidem*, p. 382-383.

²³ Projeto Acervo Digital Brasil Angola (PADAB), código 278-C16-2, DSC00335.

destaque nas hierarquias sociais vigentes em Angola. Um destes caminhos de ascensão possibilitadas pela carreira militar refere-se ao envolvimento com o tráfico de escravos, tendo em vista sua relevância no período aqui contemplado.

De acordo com José C. Curto e Raymond R. Gervais, Luanda, de 1780 a 1830, continuou sendo o mais importante centro exportador de escravos no centro-oeste africano para as Américas, principalmente, aos portos do Brasil.²⁴ Evidentemente, diante deste cenário o envolvimento com o tráfico de cativos poderia ser substancialmente atrativo. Em suma, tudo dialogava com o tráfico de escravos.²⁵ Diante desta conjuntura, portanto, encontramos fontes importantes de poder e prestígio social.

Sendo assim, no que concerne às hierarquias existentes no presídio de Muxima em finais do século XVIII, é possível constatar que os ofícios militares desempenhavam papel relevante, tendo em vista que no mapa deste mesmo presídio, de 1799, logo após a referência aos eclesiásticos, encontramos referência aos militares. Desse modo, de acordo com a documentação, havia dois brancos, quarenta e nove pretos e cinco mulatos totalizando, assim, cinquenta e seis indivíduos.²⁶ Percebe-se, assim, a maciça presença de pretos em meio aos militares, seguido de mulatos.

Este quadro revela-nos, assim, a importância atribuída aos cargos militares já na disposição dos dados coligidos. Com efeito, mostra-nos, ainda, a relevância de levarmos em consideração a importância deste segmento ao objetivarmos uma melhor compreensão das bases hierárquicas existentes no presídio de Muxima no qual não apenas a posse de escravos e a agregação de forros exerceram papéis de destaque, mas também as qualidades de cor e as patentes. Este quadro mostra-nos, por sua vez, quão rica e complexa era a realidade existente no mencionado presídio, corroborando a necessidade de melhor compreendermos sua dinâmica diante dos inúmeros

²⁴ CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2002. p 105. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00085.pdf> Acesso em: 07/04/2016.

²⁵ Segundo Selma Pantoja “Desde o pequeno comércio, vendendo diretamente o arroz, o milho, o feijão e a carne seca, até as ordens religiosas, todos estavam envolvidos nesse grande negócio. O tráfico mobilizava aqueles que com isso desejavam acumular imensas riquezas. Chegavam de Portugal e do Brasil com o único propósito de entrar no circuito atlântico do tráfico de escravos. O século XVIII será especial como momento de pico desse comércio e também de sua grande crise em seu período final. PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. n. 4/5, 2004, Lisboa, p. 85. Disponível em: <http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/529958.pdf> Acesso em: 07/04/2016

²⁶ IHGB, DA2G4N°8.8.

entrecruzamentos que ali manifestavam-se, sendo eles não apenas de caráter local, mas também advindos das diretrizes lisboetas num processo de busca por uma administração mais eficaz e das influências possibilitadas pelo Atlântico.

Considerações finais

Ao falarmos no presídio de Muxima em finais do século XVIII e início do século XIX faz-se imprescindível levarmos em consideração a existência de uma sociedade amplamente estratificada no qual os parâmetros utilizados a fim de legitimar tais hierarquias dialogavam, sobretudo, com a escravidão e o tráfico de escravos. Sendo assim, a posse de escravos e a agregação de forros eram elementos relevantes que não só fundamentavam, mas também refletiam as estruturas hierárquicas locais.

No entanto, assim como apontado por Roberto Guedes em relação às moradias no que concerne à Benguela, no presídio de Muxima, assim como em outras regiões angolanas, as qualidades de cor e a ocupação de cargos militares também exerceram papel de destaque na conformação das hierarquias locais e, por conseguinte, no surgimento de novos lugares de mando.

Desse modo, como mencionado, se a linha que separava a escravidão da liberdade era algo extremamente difícil de ser engessada, também havia linhas sinuosas na classificação por cor em meio à realidade do presídio de Muxima. Se na documentação encontramos a utilização do sistema trinitário de cor, isto é, branco, preto e mulato, na prática é possível localizarmos o uso de outros termos como, por exemplo, fusco. Este quadro sinaliza-nos, por sua vez, que as diretrizes lisboetas não eram impostas de forma unilateral às sociedades africanas, mas que estas eram passíveis a um processo de (re) significação sob estruturas locais. Tais critérios classificatórios, cabe destacar, estavam em profundo diálogo com a dinâmica local, ou seja, com seus aspectos sociopolíticos e econômicos.

Já no que refere-se às patentes também é possível observar que tratava-se de uma importante estratégia de ascensão social, pois, como já mencionado a partir da abordagem de diferentes autores, poderia resultar em benefícios relevantes como não só na remuneração do cargo e do poder a ser exercido, mas também no envolvimento no comércio angolano. A este cenário soma-se outras importantes estratégias como, por exemplo, as relações de parentesco e de amizade.

Nesse sentido, constata-se que as hierarquias vigentes no presídio de Muxima encontravam legitimidade sob diferentes aspectos. Estes, por sua vez, encontravam na escravidão e no tráfico de escravos bases de apoio de extrema relevância. Indo além dos critérios que permeavam as bases hierárquicas vigentes, tal quadro mostra-nos que a própria constituição do Império português encontrava reflexos importantes nas estruturas sociais locais africanas. Prova disto encontra-se na utilização de outros critérios classificatórios de cor como já mencionado indo além, por sua vez, das diretrizes lisboetas.

Tal panorama de atuação das sociedades africanas na conformação do Império luso, objeto de abordagem de diferentes autores, também foi retratado por Roquinaldo Ferreira. Segundo ele, em análise extremamente elucidativa para a reflexão aqui proposta,

Na verdade, desde fins do século XVI, a viabilidade de Luanda enquanto enclave europeu dependia de complexas relações diplomáticas, militares e comerciais com reinos Mbundu do hinterland de Luanda. Mesmo depois da vitória portuguesa sobre o reino do Ndongo, em 1672, o arranjo político e institucional que emergiu na região esteve longe de ser inteiramente controlado pelo governo de Luanda – onde supostamente estava concentrada a administração encarregada de representar os interesses portugueses na região. Assim, em lugar de um rígido controle “colonial”, a dinâmica social, política e cultural era caracterizado por extrema fluidez, quando não por direta subjugação portuguesa perante os africanos.²⁷

Constata-se, assim, a existência, como descrito por Mariana P. Candido, de uma linha tênue não apenas em relação à escravidão e liberdade, mas também em relação às qualidades de cor e à suposta existência de um controle rígido por parte da Coroa portuguesa em relação aos seus domínios no ultramar. Desse modo, como já assinalado através do importante debate proposto por João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa, as redes de poder constituíam-se como elementos-chave no interior no processo de constituição do Império português, tendo em vista que englobava regiões tão distintas entre si num cenário no qual estavam em jogo interesses múltiplos no qual os diferentes indivíduos lutavam por seus interesses em meio às diretrizes e aos próprios interesses da Coroa portuguesa.

²⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*. 155 (2º - 2006). p. 35.

Em suma, constata-se que ao falarmos no presídio de Muxima é preciso levar em consideração não apenas as estruturas sociais locais, mas também estes vários entrecruzamentos oriundos de sua relação com os interesses manifestos pela Coroa portuguesa e também pela circulação de práticas culturais possibilitadas pelo trânsito que levava ao Atlântico. Sendo assim, este artigo, ainda que em seus limites, buscou oferecer alguns subsídios para este debate. No entanto, outras abordagens fazem-se necessárias, tendo em vista o quão rico e complexo eram os interesses que manifestavam-se no interior do presídio em finais do século XVIII e início do XIX.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Ática, 1937, 2 v.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/fusco> Acesso em: 02/06/2014.

Bibliografia

CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, 2013. p. 239-268. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a07n47.pdf> Acesso em: 08/04/2016.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Ser militar em Angola: territorialização e militarização na segunda metade do século XVIII**. Monografia, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2011.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2014.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2002. p 85-138. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00085.pdf> Acesso em: 07/04/2016.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de História**. 155 (2º - 2006). p. 17-41.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. p. 36-50. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427 Acesso em: 08/04/2016.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)**. p. 1-34. Disponível em: lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/GouveaMariadeFatima.pdf Acesso em: 04/07/2015.

GUEDES, Roberto. *Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no reino de Angola (segunda metade do século XVIII)*. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. 1ed. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

GUEDES, Roberto. Casas & sanzalas (Benguela, 1797-1798). **Veredas da História** [online]. Ano VII, Edição 1, 2014. p. 55-85. Disponível em: <http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/134/138> Acesso em: 08/04/2016.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**. São Paulo: n. 164, jan./jun. 2011. p. 17-64. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19188/21251 Acesso em 04/07/2015.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. n. 4/5, 2004, Lisboa, p. 79-97. Disponível em: <http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/529958.pdf> Acesso em: 07/04/2016

SELMA, Pantoja. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano III, 2004. Nº 5/6. p. 117-136. Disponível em: revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4582/3094 Acesso em: 05/07/2015.

PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos. Angola no século XVIII. **Cad. Pesq. Cdhis**. Uberlândia, v. 23, n.2, jul./dez. 2010. p. 375 - 389. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/8027/7148> Acesso em: 05/07/2015.

PANTOJA, Selma Alves. Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII. **História Unisinos**. V. 14, n. 3, setembro/dezembro, 2010. p. 236-241.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

WAGNER, Ana Paula. **População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese de Doutorado.

Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História: Curitiba, 2009.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 21/12/2016